COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.842, DE 2011

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autor: Deputado VALTENIR PEREIRA

Relator: Deputado JAIME MARTINS

PARECER REFORMULADO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob análise, de autoria do eminente Deputado Valtenir Pereira, tenciona incluir no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, trecho rodoviário de 1.587 km de extensão, no Estado de Mato Grosso, traçado que inclui novas ligações e sobreposições com rodovias federais e estaduais existentes ou planejadas.

O autor justifica sua proposta sob o argumento de que se pretende criar nova rodovia federal para atender às necessidades logísticas de extensa região do Estado de Mato Grosso, considerando que a União possui maior capacidade de investimento e poderá propiciar com mais agilidade a construção ou adequação dos trechos rodoviários que entende como estratégicos.

Cumpra a esta Comissão de Viação e Transportes, nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito da proposição. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas, nesta Comissão, emendas ao projeto.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em nossa primeira manifestação sobre o projeto em tela, havíamos expressado nosso voto pela rejeição da matéria, principalmente devido à significativa sobreposição do traçado proposto com o de rodovias federais ou estaduais existentes ou planejadas.

Após nos aprofundarmos no debate do tema nesta Comissão, nos convencemos de que a nova rodovia proposta realmente deverá promover avanço logístico em extensa região do Estado de Mato Grosso. Essa conclusão decorre do inegável fato de que a União possui maior capacidade de investimento do que os Estados, o que poderá proporcionar, com mais agilidade, a construção ou a adequação dos trechos rodoviários objeto da federalização pretendida.

Quanto aos aspectos formais da proposta, cumpre destacar que o inciso I do art. 10 da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV –, determina que, no caso do transporte terrestre, a alteração de características ou a inclusão de novos componentes nas relações descritivas constantes dos anexos da lei depende de aprovação de lei específica.

Como foram vetados todos os anexos da citada Lei nº 12.379, de 2011, permanece em vigor o Anexo ao Plano Nacional de Viação – PNV – instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que traz, no

seu item 2.2.2, a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal. Por essa razão, o PL em análise mostra-se tecnicamente adequado, na medida em que propõe alteração no diploma legal efetivamente em vigor.

Pelo exposto, no que cumpre a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela APROVAÇÃO, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 2.842, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JAIME MARTINS
Relator